

IDENTIDADE e TRABALHO DOMESTICO FEMININO INVISÍVEL

Sonia Maria De Vargas

Doutora em Ciências da Educação pela Université de Genève
Professora Adjunta do Curso de Mestrado em Educação
Universidade Católica de Petrópolis

Sheila Rotenberg

Mestre em Saúde da Mulher e da Criança pelo Instituto Fernandes Figueras- FIOCRUZ
Nutricionista do Instituto de Nutrição Annes Dias- SMS-RJ
Professora Assistente da Faculdade de Nutrição
Universidade Federal Fluminense

Introdução

Este capítulo enfoca o trabalho doméstico feminino e as estratégias desenvolvidas pelas mulheres-mães, moradoras da comunidade da Rocinha, na busca de melhores condições de saúde e vida às crianças e suas famílias. A identidade das mulheres estudadas, no que se refere à dimensão do trabalho, ultrapassa as estruturas formais-legais estabelecidas, incorporando o trabalho doméstico feminino invisível.

Em relação à sobrevivência diária, cabe à família a garantia de vestuário, moradia, cuidados de higiene, nutricionais, afetivos, educacionais, de transmissão e construção de valores morais, éticos, religiosos e sociais, entre outras necessidades, com vistas à sua manutenção e reprodução, a partir de suas condições de vida, de seus valores e conhecimentos.

A família é responsável pelos cuidados diários da criança, porém assumimos que o contexto familiar, sua estrutura e o seu papel são construções históricas e sociais, não podendo ser visto o individual de forma indissociada do social.

Até o século XVIII/XIX, a família era, antes de tudo, uma instituição constituída para a preservação dos bens, para a iniciação à prática de um ofício; enfim, não tinha como atribuição principal as funções afetivas e socializadoras. Hoje o sentimento “moderno” de família é inseparável da casa, da vida da casa, do sentimento de infância, maternidade e

amor materno. Neste contexto a família muda de sentido, deixando de ter caráter prioritariamente econômico, produtivo, incorporando o lugar da afetividade. Cria-se o mito que os cuidados e a educação das crianças são funções particulares e específicas das mulheres. O pai aparece como colaborador, encarnando a esfera exterior, pública, do trabalho e da vida social. (Borges, 1983; Badinter, 1995).

Assim, a divisão social do trabalho, estabelecida no capitalismo, separando institucionalmente as atividades domésticas das empresariais, passou por uma rearticulação entre os gêneros. Os homens assumiram as atividades públicas, a indústria, o comércio, a administração, a política, a ciência, relacionadas à produção e administração de mercadorias, conhecimento e poder; enquanto as mulheres, as atividades privadas no interior da família. A separação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução explicitou a divisão sexual do trabalho: ao homem coube o trabalho extradoméstico remunerado; à mulher coube a responsabilidade pela produção e reprodução da força de trabalho, desempenhada no lar. (Vaitsman, 1989; Giffin, 1994; Carvalho, 1995).

A sociedade capitalista, ao revolucionar as relações de produção, conduz os homens das classes populares, expropriados dos meios e instrumentos de produção, a venderem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, em troca de salário.

Como ressalta Marx (1973), nesse tipo de sociedade existem relações de troca, de circulação de mercadorias, sua compra e sua venda. A mercadoria do trabalhador assalariado é a sua força de trabalho. Assim, o salário recebido pelo trabalhador assalariado não diz respeito ao trabalho realizado e vendido, mas refere-se ao valor da venda de sua força de trabalho. Há portanto uma distinção entre trabalho e força de trabalho. Considera-se que trabalho é um processo em que o ser humano, pela sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil para a vida humana. (Marx, 1998)

Em relação ao trabalho feminino, podemos situá-lo em duas vertentes: a venda da força de trabalho no mercado formal ou informal da economia e as atividades realizadas no âmbito doméstico.

No que diz respeito à participação da mulher como força de trabalho, somente a partir da década de 70, na América Latina, foram realizados estudos que deram uma maior visibilidade ao trabalho feminino. Cabe ressaltar que as mulheres das classes populares sempre desempenharam, além de tarefas diretamente associadas à reprodução biológica e manutenção da força de trabalho, atividades no mercado de trabalho, em geral atividades

extensivas ao trabalho doméstico, mesmo que de forma intermitente, com intuito de garantir uma renda complementar ao salário obtido pela venda da força de trabalho masculina (Silva, 1984; Jellin, 1995; Sarti, 1997).

Por outro lado, o trabalho feminino realizado no âmbito doméstico, dentre outros o cuidado da criança, aparece desprovido de valor, já que não se vincula diretamente à produção de mercadoria. Não é considerado trabalho mas atividade feminina.

Nessa perspectiva, Jellin (1980) acrescenta que as atividades femininas realizadas no âmbito da produção e prestação dos serviços domésticos — tais como o cuidado com as crianças, a preparação de alimentos, confecção de roupas, limpeza da casa, lavagem de roupa — são exemplos de atividades que não entram no mercado e não penetram no circuito monetário da produção social.

Desta forma, a atividade doméstica é um trabalho, porém como gera produto e não mercadoria, não tem valor de troca. Uma pessoa que produz a partir do seu trabalho um objeto para o seu uso pessoal imediato, com a finalidade de ele próprio ou sua família consumirem, cria um produto mas não mercadoria. Destaca-se porém, que esse trabalho feminino é necessário à vida de outros membros da família, que em troca de salário vendem sua força de trabalho ao mercado (Marx, 1973).

Assim, a divisão social do trabalho organiza a família (Durhan, 1984), que pode ser definida como núcleo de reprodução social, no qual se agrupam pessoas que mantêm entre si relações de aliança ou consaguinidade. A família caracteriza-se pela pluralidade, flexibilidade e elasticidade, inexistindo um modelo único (Fonseca, 2005).

Na família das classes populares, cabe, em geral, às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico, como o cuidado e socialização da criança. Por outro lado, sem dúvida, essa tarefa comporta a satisfação de outras relações sociais e afetivas, contribuindo para a formação de sua identidade.

Segundo Dias (1991), a mulher é responsável, em grande parte, pelas práticas educativas com seus filhos, na formação de hábitos, crenças, visões. É quem assume, no seu cotidiano, práticas de higiene junto à casa, aos filhos, à família, tentando garantir um nível razoável de “não-doença”. Essa experiência faz com que as mulheres da classe trabalhadora sejam detentoras de um saber acumulado em saúde. É na caminhada, na experiência do viver e no contato com agentes externos, igreja, escola, mídia, partidos políticos, serviços de saúde, entre outros, que elas vão aprendendo, construindo, repassando um saber e transformando sua realidade.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o trabalho feminino invisível e as

estratégias desenvolvidas pelas mulheres, no seu cotidiano, no intuito de garantir melhores condições de nutrição, saúde e vida à criança e à família.¹

Consideramos fundamental apresentar a contribuição do trabalho feminino, pois embora várias mães de crianças sob risco nutricional não estejam inseridas no mercado formal de trabalho, realizam além dos cuidados domésticos, atividades laborativas remuneradas, em seu próprio lar, como lavadeiras ou cuidando de outras crianças da vizinhança. Porém quando indagadas se trabalham, quase nenhuma responde afirmativamente sendo o trabalho informal remunerado ou não, realizado no lar, invisível para estas mulheres, que não o reconhecem, em um primeiro momento, como integrando sua identidade e portanto não se percebendo como mulheres trabalhadoras.

O caminho do estudo

Trabalhamos com a abordagem de pesquisa qualitativa, buscando dar visibilidade aos comportamentos cotidianos, que interligam os processos estruturais e as práticas sociais — caminhos que permitam descobrir novos sentidos não previstos pela análise macroestrutural (Cardoso, 1988). Procuramos compreender a realidade em sua complexidade, assumindo-a como contraditória, histórica, em permanente movimento e transformação, tal como a condição humana. Dessa forma, compreendemos as mães que demandam os serviços do Centro Municipal de Saúde Píndaro de Carvalho Rodrigues - Gávea/RJ (CMS VI RA), oriundas das comunidades populares, como parte de uma totalidade e que, embora sendo do mesmo contexto social, possuem heterogeneidades que devem ser investigadas e analisadas.

Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, em que procuramos identificar a reflexão das mães, suas práticas, suas leituras da realidade, suas experiências e estratégias de trabalho feminino no cuidado da criança e da família, ou seja, a reflexão sobre o problema do ponto de vista do entrevistado. A técnica de entrevista semi-estruturada, concebida como um diálogo, na qual há estímulo para a livre expressão do entrevistado, amplia o campo de discurso, que passa a incluir fatos, opiniões, impressões, sonhos, a maneira de dizer, as expressões, dúvidas, hesitações. É nas dobras do discurso que estão as ambigüidades, as contradições entre o pensar e o agir, as quais são

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa que teve por objetivo analisar o significado das práticas alimentares e do cuidado com a saúde da criança, para mães, moradoras da Rocinha, que frequentam o grupo de mães de crianças sob risco nutricional do Centro Municipal de Saúde Píndaro de Carvalho Rodrigues - Gávea/RJ(CMS VI RA) (Rotenberg, 99).

importantes de serem captadas e desveladas (Oliveira e Oliveira, 1985; Quivy e Campenhoudt, 1988).

A entrevista nos permitiu, também, o contato com questões imprevistas, com a possibilidade de rompermos os preconceitos e estarmos abertos para o novo. Desta forma, como nos informa Cardoso (1988), o momento de construção de dados empíricos não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a descoberta de novas pistas para compreensão do problema. A partir do movimento de aproximação, de encontro com pessoas que estão à procura de entendimento, ambos aprendem, se divertem, se aborrecem e se surpreendem.

Consideramos, na análise dos significados, as representações, compreendendo-as como relação entre pensamento e base material, entre a ação dos sujeitos históricos e as determinações que as condicionam. Relação na qual o pensamento, as representações e histórias de vida determinam e são determinadas pelas condições materiais. Destacamos parte de entrevistas das mães, falas representativas, procurando identificar suas semelhanças e seus aspectos contraditórios, o “comum” e as heterogeneidades. (Quivy e Campenhoudt, 1988; Minayo, 1994).

O grupo estudado

Foram objeto deste estudo 13 mães de crianças sob risco nutricional, baixo peso, moradoras da Rocinha, que participaram do grupo de mães de crianças sob risco nutricional do CMS VI RA². Esta unidade municipal de saúde está localizada na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro, região onde se evidenciam grandes contrastes sociais, porém mais de 70% da demanda do CMS é oriunda de comunidades faveladas, em especial da Rocinha.

Trabalhamos com 13 mães, entre 20 e 30 anos de idade, em sua maioria migrantes da área rural do Nordeste, que vieram para a cidade do Rio de Janeiro e aqui constituíram suas famílias. Trata-se de um modo geral de famílias nucleares, das 13 mães, 10 moravam com companheiro fixo, com um número máximo de quatro filhos, que habitam a comunidade da Rocinha há mais de 5 anos. Essas mães, que não tiveram oportunidade para se manter no sistema oficial de ensino, têm um nível de escolaridade equivalente ao ensino

² Consoante com a perspectiva ética de pesquisas realizadas com seres humanos, todas as mães participantes da pesquisa foram informadas sobre o consentimento pós-informação, sobre a gravação da entrevista, a proteção de anonimato, resguardo do sigilo, assim como puderam participar ou não da pesquisa sem sofrer qualquer prejuízo.

fundamental incompleto, apenas uma completou este ciclo, duas o ensino médio e sendo ainda uma analfabeta.

Quanto à ocupação, 10 mães realizavam trabalhos domésticos, de cuidado com seus filhos, casa e marido, somados à atividade realizadas no mercado informal, como lavadeira — fonte de renda feminina, para aquisição de complementação alimentar, de vestuário para as crianças e mobiliário para a família. Nove dos 10 companheiros se inseriam no mercado formal de trabalho, em atividades relacionadas ao comércio, prestação de serviços e indústria de construção civil, na Zona Sul, do Rio, que se constituem no principal mercado de trabalho para os moradores da Rocinha. Somente um marido não trabalhava por motivo de doença. Por outro lado, duas mães entrevistadas eram chefes-de-família, “tinham carteira assinada” e estavam inseridas no mercado formal de trabalho. Quanto às crianças, identificamos que, com exceção de uma, todas tinham até três anos de idade.

O cuidado da criança e trabalho doméstico feminino

Identificamos, no nosso estudo, três vertentes do trabalho doméstico que contribuem no cuidado da saúde da criança e da família:

1. atividades realizadas no lar, para a família, como o cozinhar, passar, lavar e cuidar da casa, da alimentação, saúde e socialização das crianças;
2. atividades desenvolvidas nas relações de solidariedade e reciprocidade.
3. atividades laborativas, intermitentes, às vezes esporádicas que propiciam uma renda adicional, como lavar roupa e cuidar de outras crianças;

Um dos achados desvelado diz respeito ao trabalho feminino invisível, pois das 13 mães 11 além do cuidado com a casa e as crianças, exerciam a atividade de lavadeira porém este trabalho feminino, embora gere renda direta ou indireta, é invisível, desconsiderado como trabalho, tanto pelo companheiro, pelos demais familiares, vizinhos, bem como pelas próprias mulheres.

Entretanto, consideramos que as tarefas domésticas, a preparação de alimentos, os cuidados com as crianças, com pessoas enfermas e idosas, executadas quase exclusivamente pelas mulheres, apesar de não remuneradas, devem ser reconhecidas, como trabalho produtivo e socialmente necessário (Tavares, 2003).

O sentido de trabalho feminino é diferenciado conforme o grupo e as condições sociais. As mães das classes populares identificam como trabalho, aquele que tem carteira assinada.

AU: “Eu lavo roupa para fora, para duas pessoas, dois rapazes

solteiros... Eu ajudo meu marido. Meu marido ganha só R\$ 250,00, paga R\$ 150,00 de aluguel, sobram R\$ 100,00, aí não dá. De vez em quando eu faço unha também, e assim vamos levando. Eu vou no supermercado e faço as compras, compro arroz, feijão, macarrão, óleo... Eu acho que trabalho é isso, ter carteira assinada, no final do ano ter o décimo terceiro... eu preferia trabalhar fora do que cuidar de casa, dá muito trabalho. Lavar, passar, criança doente, levar ao médico, fazer tudo, tudo. Você já trabalhando é melhor... agora graças a Deus eu lavo a minha roupa. O que der para eu comprar uma roupinha para eles eu compro, eu vou levando”.

As mulheres exercem atividades ocupacionais no setor informal da economia e no próprio lar. Muitas vezes estas passam despercebidas pelas estatísticas oficiais e nas respostas das mulheres. Podemos destacar também nesta fala, o cuidado da criança remetido a diversas tarefas realizadas pelas mulheres no seu cotidiano, como o lavar, passar, levar criança ao médico.

No cuidado da saúde da criança, as relações entre maternidade, paternidade e trabalho também são diversas, segundo a posição social. Destacamos que, a responsabilidade da atenção à criança nos primeiros anos de vida ainda é da mulher.

MA:”... a mãe tem que ter vários tipos de cuidado, dá alimentação na hora certa, que é principalmente, mas também acompanhar a criança levando ao médico. “

AC: “ ..., trocar as roupas dele sujas por outras limpas, levar a criança para passear no parque. Fazer tudo o que uma criança tem necessidade de fazer”.

Nessas falas são apontados alguns fatores que contribuem para o desenvolvimento das crianças, além da alimentação, como os horários e a frequência das refeições, a higiene infantil, o acompanhamento ao serviço de saúde, o passeio, compreendendo o banho de sol e o lazer.

Em qualquer sociedade, a família é a sede primeira de assistência à saúde, sendo as mulheres as principais responsáveis. Geralmente são as mães, as avós, a partir de suas experiências e conhecimentos adquiridos, que identificam as doenças mais comuns, tratando-as com os recursos disponíveis (Dias, 1991; Helman, 1994).

Em sociedades regidas pela lei de valor, o trabalho só aparece quando expresso no mercado por meio de dinheiro. Isto significa que todas as atividades inseridas na esfera doméstica, no seio da família, que vão do cuidado afetivo, de saúde às atividades políticas, intelectuais, de socialização não são valoradas (Breilh, 1996).

Esse trabalho realizado no lar não é valorizado, muitas vezes pelas próprias mulheres.

N: ... eu não estou trabalhando agora por causa dela, porque ela não se adaptou na creche. Chorava, chorava, não comia. Aí, eu fui e tirei ela da creche. Vou deixar ela crescer e vou trabalhar... Eu estou lavando roupa para fora, para uma amiga, estou também cuidando de duas crianças. Estou cuidando do meu sobrinho, minha irmã está me pagando, ela não arrumou creche para ele, aí eu estou cuidando dele, de um filho de uma amiga também... com o dinheiro eu compro mais alguma coisa para ela e para mim, roupa, uma porção de coisas..."

Mesmo sendo remuneradas as atividades desenvolvidas não são vivenciadas como trabalho

MA: "Aí, eu fui e peguei a roupa dele, lavei, no final do dia passei... aí, ele pegou e me deu R\$ 5,00. Aí, eu falei, como é que pode, a gente só fez foi lavar, passar e ganhou um monte de dinheiro. Ah, eu fiz tanta coisa com este dinheiro. Primeiro eu comprei fruta para a minha filha, porque meu esposo ainda não tinha recebido. Eu comprei fruta para ela, comprei até roupa"³.

Enquanto as mulheres desvalorizam o trabalho domiciliar subcontratado, encarando-as como um trabalho temporário, não qualificado, sem poder de barganha, secundário, que visa apenas à complementação da renda familiar, a partir de estudo sobre homens que desempenham suas atividades de trabalho no seu próprio lar, Bruschini e Ridenti (1995) nos informam que os homens, ao contrário das mulheres, tendem a valorizar o seu trabalho subcontratado realizado no âmbito doméstico.

³ Cabe ressaltar que esta mãe realizou uma comparação entre o valor recebido pelo trabalho diário de lavar e passar roupa em relação ao trabalho rural, pois um dia de trabalho na roça equivale ao ganho de R\$ 2,00. REPAGINAR colocar na anterior

Nesta perspectiva, podemos acrescentar que a desvalorização introjetada pelas mulheres corresponde a uma forma de construção cultural. Para Bourdieu (1996), a dominação masculina é uma forma particular de violência simbólica. Para este autor, a circularidade das relações de dominação simbólica está inserida sob forma de divisões objetivas e de estruturas mentais que organizam a percepção destas divisões, ou seja, são construídas, incorporadas a partir do conhecimento, do aprendido e internalizadas. Para que a dominação simbólica funcione é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas, que a submissão não seja um ato de consciência, suscetível de ser compreendido. Uma vez que esta forma de dominação é construída, podemos dizer também que existem brechas para uma possível transformação.

Desta forma, um outro aspecto destacado nas entrevistas é a posição que algumas mães assumem frente à sua alimentação. Na medida em que o companheiro não está em casa no horário das refeições, muitas vezes esta fica secundarizada.

N: “Na minha casa eu faço mais comida no final de semana porque o meu esposo não come em casa, não almoça nem janta. Às vezes eu faço comida para mim, às vezes não”.

E: “Meio-dia, eu não almoço não, não tem ninguém que almoce em casa, aí eu deixo para de noite... as crianças comem no colégio...”.

Numa escala de prioridades entre os que trabalham fora e os que são dependentes, as mulheres são vistas como as que executam tarefas mais leves em relação aos homens, ficando por isso numa posição hierarquicamente inferior na distribuição dos alimentos (Canesqui, 1978).

Em nosso estudo o homem exerce a função de provedor, cabendo às mulheres-mães o papel do cuidado da casa, dos filhos e da família. Para a maioria das mães, a sua renda básica é proveniente do salário recebido pela venda da força de trabalho de seu companheiro.

E: “Eu faço meu serviço normal dentro de casa. É lavar roupa, e lavar de uma só vez vai me cansar muito, porque eu passo três a quatro horas na fila para pegar água. Aí todo dia tem que ser uma peça, e fazer comida, alguma coisa diferente. Eu ia trabalhar, mas ele disse que trabalhar não compensava muito porque deixar ela na creche custa R\$ 50,00. Eu trabalhava quando

era solteira, em casa de madame. Aí, quando eu casei com ele, ele não me deixou mais trabalhar — ‘Essa mulher está te explorando demais, era preferível você ficar em casa’. Até a data de hoje eu não consegui nenhum serviço mais, o bico que eu faço é lavar a roupa da moça”.

Para os trabalhadores urbanos, a base da sua sobrevivência depende do trabalho assalariado do chefe da família conjugada a outras estratégias de sobrevivência, fontes alternativas de renda, tais como a inserção da mulher e filhos no mercado informal de trabalho, assim como o acesso a bens oriundos de políticas assistenciais, no intuito de assegurar o consumo alimentar adequado ou o mais próximo possível. Enquanto a renda do trabalhador destina-se aos gastos inevitáveis, como aluguel, alimentação, a renda gerada no mercado informal destina-se à melhoria da alimentação e à aquisição de bens de consumo duráveis (Woortmann, 1978).

Cabe ressaltar que em geral são as mulheres que executam essas tarefas, que fazem parte das estratégias de sobrevivência. A mulher divide com os filhos e filhas a sua entrada no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família, renda, tamanho, composição, faixa etária das crianças e das condições do mercado. Sua participação no mercado de trabalho depende da articulação entre o trabalho formal remunerado e as responsabilidades familiares. Uma das formas encontradas para esse equilíbrio tem sido a eliminação da jornada de tempo integral, trabalhando como diarista, doméstica e, em muitos casos, concentrando atividades por conta própria, desempenhadas em conjunto com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos (Silva, 1984; Bruschini, 1994; Jellin, 1995; Sarti, 1997).

Ainda dentro desta perspectiva econômica, temos algumas mães que, entre as estratégias de sobrevivência, utilizam-se de doações de alimentos oriundas de instituições religiosas, de parentes e de vizinhos, assim como do leite recebido através do Programa de Suplementação Alimentar executado pelas unidades de saúde, no caso específico do leite distribuído pelo CMS VI RA.

ML: *“Às vezes no final do ano tem a igreja que dá, a Santa Margarida Maria, em Botafogo, lá aonde eu moro tem um rapaz que toda sexta-feira dá verdura.”*

R: *“O leite é só para as meninas, o leite daqui me quebra o maior galho, porque não é todo o dia que o meu marido tem dinheiro para ficar comprando leite. Eu acho uma ajuda muito boa esse leite daqui, não é um quebra galho, é uma ajuda mesmo. Eu estou ganhando aqui enquanto ela tiver aqui.”*

As mães reconhecem a importância do “Programa do Leite” no que tange à sua contribuição para o orçamento das famílias, assim como as diferentes formas diretas e indiretas que compõe as suas estratégias de sobrevivência.

Como sinaliza Gerhardt (2003), são as mulheres que exercem este papel de busca de alternativas, tentando aproveitar seus talentos, suas relações, seus recursos pessoais e sociais. Ressalta-se assim, a importância da mulher articular e mobilizar seus recursos sociais que poderão amenizar as diversidades existentes em todos os planos de vida cotidiana, no caso específico no cuidado da saúde da criança e da família.

Assim, as mães de nosso estudo tentam conciliar seus vários papéis, por vezes prevalecendo o papel do cuidado com a casa, a família e os filhos. O dinheiro recebido pelo seu trabalho informal realizado no âmbito doméstico, que neste caso se refere à lavagem de roupa para fora, ora para algum parente, ora para vizinhos, é variável, circunscrita a essas relações de conhecimento, sendo utilizado principalmente na compra de alimentos infantis e no vestuário da família.

R: *“Depois que a Raissa nasceu, eu não trabalhei mais não. Só assim, fazendo alguma coisa, lavando uma roupa, mas em casa mesmo, para fora... Eu estava vendendo revista da Avon, mas isso aí eu parei. Tinha gente que me enrolava... eu tive que pagar muita coisa do meu bolso. Mas eu não vou ficar a vida toda em casa, sem trabalhar não. Eu estou esperando, a Raissa vai fazer um ano agora, no dia 8, aí eu vou ver se arrumo um emprego e trabalhar.... Eu gosto de trabalhar, eu não estou trabalhando agora por causa da menininha que está muito pequenininha. Estou deixando só ela, crescer só um pouquinho, aí eu vou trabalhar. Eu já trabalhei em faxina, na Barra, era de cozinheira, eu trabalhava a noite... eu não sei ler, se eu arrumar um emprego tem que ser de faxina em firma, porque eu só sei assinar meu nome, em casa de família também. Só assim em firma, em restaurante,... Eu estou*

lavando roupa para uma vizinha, eu compro, eu vou juntando até comprar umas coisinhas para ela, uma sandalhinha para ela, uma calcinha”.

Devido à baixa escolarização, as mães desempenham tarefas semelhantes às atividades domésticas, aprendidas com a vivência e experiência de vida no seu cotidiano.

Como vimos, as mães entrevistadas já estiveram inseridas no mercado de trabalho e no momento tentam conciliar o cuidado com os filhos associados a atividades remuneradas realizadas em seu próprio lar. Para as mulheres-mães das classes populares, parece ser difícil conciliar o papel do cuidado com os filhos e a venda de sua força de trabalho no mercado formal.

Destaca-se porém, em nosso estudo, uma participação também do homem nas atribuições do cuidado da casa, dos filhos.

MS: “Às vezes meu marido cozinha, às vezes ele lava a roupa, passa e arruma a casa. Às vezes quando eu saio com as crianças ele faz tudo quando ele está em casa. As crianças adoram a comida dele. Eu aprendi, aqui com ele. Porque ele trabalhava em restaurante, aí ele foi e me ensinou. Eu não sabia nem fazer um ovo inteiro, eu quebrava o ovo todo, ele que me ensinou... quando ele está em casa, ele cozinha”.

De uma maneira diferenciada, identificamos além da função do homem como “provedor da família”, o trabalho doméstico masculino, pois alguns pais de nosso estudo cozinham, exercem esta atividade no mercado formal de trabalho e cuidam também das crianças.

Esta atitude pode ser uma característica da área estudada, uma vez que a oferta de empregos no mercado é preferencialmente no setor de prestação de serviços e comércio, com predomínio de bares, lanchonetes, restaurantes, hotéis e similares. Uma das ocupações predominantes dos moradores da Rocinha diz respeito à sua inserção nos serviços e comércio da região próxima à favela, zona Sul do Rio de Janeiro.

Assim, identificamos em nosso estudo que alguns companheiros dividem as tarefas domésticas com suas mulheres. Em contrapartida, outros, apesar de terem experiência nos cuidados com a casa, com a produção da refeição, no cotidiano não realizam essas

atividades, passam a assumi-las somente na impossibilidade de sua realização pelas mulheres.

As tarefas domésticas situam-se no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e desvalorizado. É tradição que essa responsabilidade caiba, quase que exclusivamente, às mulheres, sendo objeto de sentimentos ambivalentes. De um lado, a importância do cuidado da criança, de sua alimentação e saúde são reafirmados, ao mesmo tempo, de outro lado, essas tarefas são consideradas monótonas, repetitivas, fora do campo do saber, do poder e do trabalho. São trabalhos domésticos realizados por mulheres, sem horário, sem salário, trabalhos que não têm valor, não somam renda. Um lento e interminável trabalho de mulheres (Giard, 1998).

Assim, em contrapartida, algumas mães apresentam outra relação entre gênero, trabalho e o cuidado da criança:

D: “ Só eu que trabalho; trabalho em limpeza, ganho uma mixaria. Eu recebo R\$ 184,00 para quatro pessoas. Meu marido é doente, não trabalha. Eu gosto de trabalhar, só uma coisa que eu acho é que não acho que a gente recebe bem, porque lá trabalha todos os dias, e lá não tem os direitos, não tem nada. Eu sei que o pagamento é uma porcaria. É firma com carteira assinada... porque as horas extras, eles sempre estão falando que está certo, está certo, está certo. Só que eu não acho certo. A gente trabalha feriado está aqui, marca as horas extras, é R\$ 28,00 de hora extra. R\$ 184,00 para quatro pessoas não dá para nada... eu gostaria de trabalhar em qualquer coisa que desse mais um dinheirinho porque lá dá muito pouco...”

A: “Nem que eu arrume um dinheiro emprestado, eu não deixo faltar essas coisas para eles. Acho que o mais importante, se não tiver comida para os adultos eu não ligo, mas para eles tem que ter, para os dois tem que ter... Eu trabalho há quatro anos, tem quatro anos que eu estou aqui no Rio. Eu trabalho em restaurante, minha carteira é de copeira, mas eu faço de tudo lá. Se precisar lavar louça eu lavo, faço sanduíche e tudo... agora já mudou de dono cinco vezes, então está ruim lá. Estou tentando sair, mas ficar desempregada nem pensar, tem que primeiro arrumar outro para

sair. A gente está procurando, na hora que encontrar a gente vai sair de lá. Porque criar dois filhos sozinha não é mole não...”

Nesse caso, as duas últimas mães são chefes de família, sendo responsáveis pelo sustento e manutenção do núcleo familiar e, desempenham um papel diferenciado das demais mães. Por estarem inseridas no processo de trabalho formal, estas mães apresentam também uma compreensão mais ampliada sobre a exploração a que estão submetidas, sobre o seu salário e as condições de trabalho.

A família matrifocal tem sido uma realidade brasileira, em especial nas camadas populares. À mulher-mãe chefe de família cabe assumir toda a responsabilidade: é ao mesmo tempo provedora como a gerenciadora do lar, das atividades domésticas e dos afetos.

Assim, pressionadas pela necessidade de sustentar os filhos e a família, não contando com o apoio financeiro de companheiro, as mulheres são forçadas a ingressar no mercado de trabalho, onde quer que este lhe abra oportunidades (Bruschini e Rosenberg apud Carvalho, 1995).

Isto posto, as mulheres-mães, chefes de família, desafiam os limites impostos, dando visibilidade social e política aos conflitos presentes nas práticas públicas e privadas da vida social. A própria expansão da industrialização, da urbanização e das atividades educacionais faria com que as mulheres invadissem o mundo público, da política, da educação e do mercado de trabalho, tentando romper com a dicotomia entre público e privado, papel social masculino e feminino (Vaitsman, 1994).

Por outro lado, quando o homem assume os cuidados com a criança, envolvendo-se no trabalho doméstico, ele não pode estabelecer uma aura de autoridade e distância. E quando decisões públicas são tomadas no lar, as mulheres podem ter um papel público legítimo. Sociedades igualitárias sejam talvez aquelas nas quais as esferas pública e doméstica são fragilmente diferenciadas, nas quais nenhum dos dois sexos reivindica muita autoridade e o enfoque da vida social seja o lar (Rosaldo, 1979).

Considerações finais

Nesta pesquisa, pudemos identificar a especificidade do trabalho feminino, realizado pelas mães, que, além do cuidado com a casa, com os filhos e a família, exercem outras atividades laborativas, vinculadas ao mercado informal de trabalho, realizadas no próprio lar. Dessa forma, tentam conciliar seus diferentes papéis de mãe e de mulher

trabalhadora, na busca pelo aumento da renda familiar, pois, o ganho obtido é utilizado na compra de vestuário e alimentação complementar para as crianças.

Essas atividades, muitas vezes, passam despercebidas pelas estatísticas oficiais e encontram dificuldades de reconhecimento pelas próprias trabalhadoras. Assim, faz-se necessário abordagens e metodologias diferenciadas no intuito de dar visibilidade ao trabalho feminino ainda invisível, mas importante para a compreensão da sua identidade.

Vimos também em nosso estudo, o trabalho feminino exercido a partir das diferentes estratégias de ações de solidariedade e reciprocidade na busca de alternativas diretas e indiretas de meios que possibilitem melhoria no cuidado da saúde da criança e da família, que permitem afirmar a necessidade de se reconhecer as tarefas domésticas como trabalho produtivo e socialmente necessário. Por outro lado, observamos que as mães chefes de família têm outra compreensão da relação gênero, trabalho e cuidado da criança. Se inserem no mercado formal de trabalho, sendo responsáveis direta pelo sustento econômico e afetivo dos filhos.

Identificamos também, uma participação do homem-pai no cuidado da criança. O homem além de ser o provedor da família, realiza no âmbito doméstico o cuidado com a casa, com a alimentação dos filhos, porém ainda não tão presente em todas as famílias.

Vale destacar que abrimos espaço para que cada mãe contasse um pouco de sua história, a partir das entrevistas, criando oportunidade para, através da troca de experiências, vivências e reflexões reelaborarmos nossas visões sobre as tarefas domésticas por elas desempenhadas no cotidiano, criando maiores condições de se perceber a importância das atividades realizadas, que transcendem as estruturas formais-legais do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

- BADINTER, E., **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: **Gênero e Saúde** (Lopes, M. J. M.; Meyer, D. E. e Waldow, V. R, orgs.), Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda. . 1996, p. 28-51.
- BORGES, S. M. N., **História de um amor materno: uma análise sobre a condição de mulher e o exercício da maternidade**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1983.

- BRUSCHINI, C., O Trabalho da Mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: **Mulher Brasileira é Assim** (Saffioti, H. I. B. e Vargas, M. M., orgs.), Rio de Janeiro: UNICEF/Editora Rosa dos Tempos. 1994. p. 63-94.
- BRUSCHINI, C. e RIDENTI, S., Trabalho domiciliar masculino. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, p.363-393.
- CANESQUI, A. M., A dietética popular: comida de pobre e comida de rico. **Revista Saúde em Debate**, v. 4, p.48-53, 1978.
- CARDOSO, R., Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa** (Cardoso, R., org.), São Paulo: Paz e Terra. 1988. p. 95-106.
- CARVALHO, M. F. C. C, **Famílias Brasileiras Chefiadas por Mulheres: a estrutura familiar como determinante do estado nutricional de mulheres adultas**. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Universidade de Brasília, D.F., 1995.
- DIAS, N. M. O., **Mulheres Sanitaristas de pés descalços**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1991.
- DURHAM, E., Família e reprodução humana. In: **Perspectivas antropológicas da mulher** (Franchetto, B.; Cavalcanti, L. V.C. e Heilborn, M. L., orgs.), Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade**. , ESP-USP, São Paulo. v.14, n.2, p. 50-59, maio-agosto, 2005.
- GERHARDT, T. E., Situações de vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n. 3, p.713-726, 2003.
- GIARD, L., Artes de Nutrir. In: **A Invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar** (Certaú, M.; Giard, L. e Mayol, P., orgs.), Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1998. p.211-233.
- GIFFIN, K. M., Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 2, n. 2, p.190-200, 1991.
- HELMAN, C. G., **Cultura, Saúde e Doença**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas. 1994.
- JELLIN, E., A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In: **Bahia de Todos os Pobres** (Souza, G. A. A. e Faria, V., orgs.), Petrópolis: Vozes. 1980. p.167-184.
- JELLIN, E., Família y genero: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, p.394-413, 1995.
- MARX, K., **O Capital: crítica da economia política**. O processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1998.

- MARX, K., **Textos Econômicos**. Lisboa: Editorial Estampa. 1973.
- MINAYO, M. C. S., **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco. 1994.
- OLIVEIRA, R. D. e OLIVEIRA, M. D., Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. **Pesquisa Participante** (Brandão, C. R., org.), São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 17-33.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V., **Manuel de recherche en sciences sociales. Bordas**. Paris: Dunod. 1988.
- ROSALDO, M. Z., A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. **A mulher, a cultura e a sociedade** (Rosaldo, M. e Lamphere, L., orgs.), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.33-61.
- ROTENBERG, S, **Práticas Alimentares e o Cuidado da Saúde da Criança de Baixo Peso**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Mulher e da Criança) – Instituto Fernandes Figueira, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1999.
- SARTI, Os filhos dos trabalhadores: quem cuida das crianças. **Trabalho, Saúde e Gênero na era da globalização** (Oliveira, E. M. e Scavone, L. orgs.), Goiânia: Cultura e Qualidade. 1997. p. 51-60.
- SILVA, L. A. M., Estratégias de vida e jornada de trabalho. In: **Debates Urbanos e Condições de Vida das Camadas Populares**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1984.
- TAVARES, L. Reforma da Previdência e Seguridade social: equidade de gênero e raça. In: **As mulheres na Reforma da Previdência: o desafio da inclusão social**. Brasília: CFEMEA; São Paulo: FES/ILDES, 2003.
- VAITSMAN, J., Biologia e História (ou porque a igualdade é possível). In: **Mulher, Saúde e Sociedade** (Labra, M. E., org.), Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Abrasco. 1989. p. 25-38.
- VAITSMAN, J., Hierarquia de gênero e iniquidade em Saúde. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p.7-22, 1994.
- WOORTMANN, K.A A, **Hábitos e Ideologia Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda: relatório final**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília (Série *Antropologia*, 20). 1978.

